

**RESTRIÇÕES AO
CRESCIMENTO
DA ECONOMIA
BRASILEIRA:
UMA VISÃO DE
LONGO PRAZO**

Fabio Giambiagi*

*Economista do BNDES.

O autor agradece os comentários de Ana Cláudia Além e Francisco Marcelo Rocha Ferreira, bem como de um parecerista anônimo, a uma versão preliminar do artigo, isentando-os de qualquer responsabilidade pelo conteúdo da versão final.

Rio de Janeiro, maio - 2002

Sumário

Resumo.	5
Abstract	5
1. Introdução	7
2. A Economia Brasileira nos Anos 90: Fatos Estilizados.	8
3. As Restrições ao Crescimento na Década de 2000.	13
3.1. A Tendência ao Esgotamento da Capacidade Ociosa	14
3.2. A Poupança Doméstica	16
3.3. O Crescimento Mundial e a Taxa de Câmbio.	20
3.4. A Disponibilidade de Mão-de-Obra e a Produtividade	24
4. Conclusões	27
Apêndice.	30
Referências Bibliográficas	33

Resumo

Este artigo trata das restrições ao crescimento da economia brasileira sob uma perspectiva de longo prazo. Após mostrar que a recuperação observada a partir de 1993 se beneficiou da existência de condições favoráveis, como ampla capacidade ociosa e disponibilidade de mão-de-obra, o texto indica a importância dos *constraints* que poderão ser observados na segunda metade da década de 2000. Conclui-se que é necessário elevar a poupança doméstica e que o crescimento estará condicionado pela intensidade dos aumentos de produtividade.

Abstract

This article discusses the constraints on the growth of the Brazilian economy, under a long term prospect. After showing that the recovery observed after 1993 occurred in part by some favorable conditions, such as the existence of a wide idle capacity and unemployed people, this paper highlights the importance of the constraints that could be observed in the second half of the 2000's. As a conclusion, we point out that is necessary to increase the domestic saving and that growth will be conditioned by the intensity of the increases in productivity.

1. Introdução

Este artigo representa uma tentativa de refletir acerca das possibilidades de crescimento da economia brasileira a médio e longo prazo.¹ O ano de 1999 é certamente um marco divisório da análise econômica no Brasil e, caso o ajuste fiscal em curso seja conservado e se revele bem-sucedido, merecerá ser tratado pelos historiadores futuros como um ponto de inflexão, no qual terão sido criadas as condições para a retomada de um crescimento sustentável ao longo da década de 2000.

Tudo indica, aliás, que esse processo estava começando a se esboçar em 2000, ano em que a economia se expandiu acima de 4%, o investimento e as exportações lideraram o crescimento, o saldo comercial melhorou e a inflação diminuiu de intensidade, após o repique de 1999. Entretanto, a combinação de crise energética, contágio da crise argentina e recessão sincronizada nos três grandes blocos da economia mundial – Estados Unidos, Europa e Japão – impediu a continuidade desse processo, e o incremento do PIB em 2001 foi de menos de 2%. Superados esses entraves, isto é, tendo deixado para trás a emergência energética, já absorvidos os efeitos negativos da crise argentina e com a economia mundial em fase de recuperação, o Brasil dá sinais, no início de 2002, de retomar a trajetória de crescimento que parecia se iniciar em 2000.

Nossa avaliação é que o país dispõe de alguns requisitos importantes para que a década de 2000 se revele próspera no Brasil. De fato, alguns dos impedimentos que existiram em outras ocasiões, quando se verificaram tentativas anteriores de crescimento – como em 1994 ou em 1996 –, não estão mais presentes ou se encontram em vias de ser removidos. A mudança de regime cambial de 1999 aumentou a margem de manobra do país; há disponibilidade de capacidade ociosa não aproveitada; a economia mundial promete crescer a um bom ritmo; os preços relativos tendem a melhorar em relação à combinação desfavorável de preços de exportação e importação dos últimos anos; etc. Entretanto, outras tendências estruturais apontam para um cenário no qual, após alguns anos de crescimento que tem condições de se revelar inclusive bastante intenso, a economia brasileira poderá se defrontar, em algum momento da segunda metade da década, com alguns obstáculos importantes que podem vir a arrefecer tal dinamismo. São esses temas que o artigo analisa.

Pode soar algo extemporâneo abordar os elementos que talvez venham a levar a economia a perder um dinamismo que ainda está longe de ter ganho, o que significa analisar os proble-

1 Para uma extensa discussão dessa mesma temática, no caso do Brasil, ver Bacha e Bonelli (2001) e Silva Filho (2001).

mas da fase descendente de um ciclo cuja fase ascendente mal está começando. Entretanto, o fato de estarmos no início de uma nova década é uma ocasião propícia para fazermos uma reflexão acerca do longo prazo. Nesse sentido, as questões aqui tratadas, embora possam não ser relevantes no horizonte dos próximos dois ou três anos, poderão vir a sê-lo no curso da década, o que justifica o teor dos comentários.

O artigo está dividido em quatro seções. Depois desta breve introdução, comentam-se os traços estilizados da evolução da economia brasileira na década de 90 e começo da atual. A Seção 3, que representa o “coração” do artigo, trata das restrições de longo prazo ao crescimento econômico, incluindo a possível tendência ao esgotamento da capacidade ociosa, a necessidade de aumentar a poupança doméstica, a situação da economia mundial, a disponibilidade de mão-de-obra e o comportamento da produtividade. Por último, sintetizam-se as principais conclusões.

2. A Economia Brasileira nos Anos 90: Fatos Estilizados

A economia brasileira teve um comportamento que deixou a desejar na década de 90. De fato, enquanto na “década perdida” do período 1981/90 ela apresentou um crescimento médio de 1,5% a.a., nos 10 anos encerrados em 2000 o crescimento foi apenas um pouco maior, de 2,7% a.a. Considerando que entre as duas décadas o crescimento anual da população diminuiu de 2% para 1,4%, conclui-se que a idéia de que elas foram igualmente negativas não é totalmente correta, uma vez que a renda *per capita*, depois de cair a uma média de 0,5% a.a. na década de 80, voltou a crescer, a 1,3% a.a., na década seguinte. É inegável, de qualquer forma, que esse crescimento ficou bastante aquém do que seria desejável. A grande diferença entre ambas as décadas, porém, foi a situação em que se encerraram uma e outra.

O final da década de 80 foi marcado pela combinação do esgotamento do modelo de desenvolvimento até então adotado por várias décadas, com a tendência à hiperinflação que se instalou na economia brasileira na segunda metade da década apenas reprimida por sucessivos e fracassados planos de estabilização baseados em esquemas de congelamento de preços. Enquanto isso, a década de 90 deixou para trás uma *performance* macroeconômica nada brilhante em termos da evolução do PIB, porém com a inflação sob controle e tendo pela frente perspectivas muito melhores em relação às que o país tinha na transição de década anterior, em 1990/91. Isso porque, além de ter sido removido o obstáculo óbvio que a altíssima inflação verificada até o início do Plano Real representava para o crescimento, o país pôde estar a caminho de superar os problemas que prejudicaram o dinamismo da economia na segunda metade da década passada.

Os anos 90 podem ser divididos em três fases: a primeira até o Plano Real, em junho de 1994; a segunda compreendendo os primeiros anos do Plano até 1998 (inclusive); e a terceira representada pelo final da década, devido às mudanças que caracterizaram a política econômica em 1999.

No período 1991/94, a economia foi inevitavelmente contaminada pela inflação a caminho de se tornar descontrolada durante todo o período. A taxa de variação dos preços aumentou continuamente ao longo do tempo, atingindo uma média em 12 meses de 1.535% nos três anos e meio encerrados em junho de 1994, quando medida pela Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas, correspondendo a uma taxa média de 26% *ao mês*.

O Plano Real teve uma história inteiramente diferente em relação aos cinco planos anteriores de estabilização tentados sem êxito entre 1986 e 1991. Uma das heranças da alta inflação foi a multiplicidade de índices de preço. Se utilizarmos uma média do IGP, do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do índice da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica da Universidade de São Paulo calculado para a cidade de São Paulo, verifica-se que a média das taxas de variação desses três índices em períodos de 12 meses caiu de 31% nos primeiros 12 meses do Plano Real para apenas 1% em 1998, embora tenha aumentado para 13% em 1999, devido à desvalorização (em 2001, foi de 8%). Assim como o ambiente de permanente ameaça hiperinflacionária do início dos anos 90 representava um entrave insuperável para uma trajetória de crescimento sustentado, a redução drástica da inflação permitiu que os agentes econômicos no Brasil voltassem a ter uma perspectiva de longo prazo e, conseqüentemente, constituiu, *per se*, um estímulo indireto à retomada do desenvolvimento.

Por outro lado, ao mesmo tempo que se beneficiava da maior estabilidade dos preços, o país passava a enfrentar dois grandes problemas, representados pela combinação de um significativo e crescente déficit em transações correntes e de uma grave deterioração fiscal.

No caso das contas externas, o resultado da conta corrente do balanço de pagamentos, depois de ter sido, em média, superavitário em quase US\$ 1 bilhão no período 1991/94, tornou-se deficitário ao longo de todo o período 1995/98, com uma média de US\$ 27 bilhões/ano durante esses quatro anos e atingindo US\$ 34 bilhões em 1998, quando chegou ao perigoso nível de 5% do PIB, no contexto de uma significativa apreciação da taxa de câmbio em relação ao início do Plano Real.²

2 A relação taxa de câmbio nominal x IPC dos Estados Unidos/IPC doméstico teve uma queda – isto é, uma apreciação – de quase 30% nos primeiros seis meses do Plano Real.

Ao mesmo tempo, o superávit primário do setor público, que tinha sido de quase 3% do PIB, em média, durante 1991/94, converteu-se em um déficit médio durante 1995/98. Isso, somado a uma taxa de juros (Selic) que, deflacionada pelo IPCA, atingiu a notável média real de 22% a.a. nos quatro anos do período 1995/98, fez com que a dívida líquida do setor público – incluindo a base monetária –, que fora de 30% do PIB no final de 1994, chegasse a 43% do PIB quatro anos depois.

Por sua vez, a taxa de investimento manteve-se relativamente estável a partir da retomada do crescimento registrada em 1993 (Tabela 1). Nos nove anos do período 1993/2001, desde o final da recessão de 1990/92, a formação bruta de capital fixo (FBCF) experimentou um crescimento médio de 2,8% a.a., contra uma expansão média anual de 3,1% do PIB.

O investimento estrangeiro era da ordem de apenas US\$ 1 bilhão/ano antes de 1994 e aumentou continuamente até US\$ 26 bilhões em 1998, permanecendo com uma média de US\$ 28 bilhões/ano desde então. Embora parte disso tenha sido representada por privatizações ou pela aquisição de firmas brasileiras, é razoável considerar que uma parcela dos 5% do PIB que chegaram a representar em 1999/2001 tenha se traduzido em um “delta” positivo sobre o fluxo de investimento (Tabela 2).

De qualquer forma, é natural que, em um ambiente de desequilíbrios macroeconômicos crescentes e por maior que tenha sido o estímulo dos investimentos externos, o “meio ambiente macroeconômico” fosse hostil a uma recuperação muito vigorosa dos investimentos. Se a isso somarmos os efeitos das crises asiática em 1997, russa em 1998 e do próprio Brasil no final de 1998/início de 1999, compreende-se facilmente o porquê das oscilações da taxa de investimento, que, após esboçar uma recuperação no começo do Plano Real, voltou a cair em seguida. Em outras palavras, o Brasil conseguiu debelar a inflação no primeiro governo Cardoso (1995/98), mas os desequilíbrios macroeconômicos externo e fiscal não permitiram recuperar as

Tabela 1
Brasil: Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – 1993/2001

Ano	FBCF (% do PIB, Preços Correntes)	Crescimento Real (%)	
		PIB	FBCF
1993	19,3	4,9	6,3
1994	20,8	5,9	3,3
1995	20,5	4,2	7,3
1996	19,3	2,7	1,2
1997	19,9	3,3	9,3
1998	19,7	0,1	- 0,3
1999	19,1	0,8	- 7,3
2000	19,4	4,4	4,5
2001	19,4	1,5	1,7

Fonte: IBGE.

Tabela 2
Brasil: Investimento Estrangeiro Direto^a – 1993/2001
(Em US\$ Bilhões)

Ano	Privatizações	Outros	Total	
			US\$ Bilhões	% do PIB
1993	–	0,7	0,7	0,2
1994	–	2,0	2,0	0,4
1995	–	4,1	4,1	0,6
1996	2,6	7,2	10,0	1,3
1997	5,2	11,8	17,0	2,1
1998	6,1	19,9	26,0	3,3
1999	8,8	19,8	28,6	5,4
2000	7,1	25,7	32,8	5,5
2001	1,1	21,6	22,7	4,5

Fonte: Banco Central.

^aInclui reinvestimentos. Não desconta os investimentos brasileiros no exterior nem inclui investimentos em carteira.

condições para um maior crescimento do PIB, que continuou sendo baixo, na média do período.

Foi só no final da década que, sem descuidar do combate à inflação, o Brasil deu passos decisivos no sentido de atacar os mencionados desequilíbrios. Por um lado, o setor público realizou um esforço significativo de ajustamento, com o resultado primário voltando a ser fortemente superavitário durante 1999/2001 (Tabela 3). Ao mesmo tempo, a substancial desvalorização real promovida quando da liberalização da taxa de câmbio no início de 1999 – 70% em termos reais entre dezembro de 1998 e dezembro de 2000, usando como deflator o IPCA – criou as condições para uma reversão da situação do setor externo ao longo dos últimos anos (Tabela 4).

A combinação de um forte ajuste fiscal com uma substancial desvalorização real incidindo sobre uma dívida pública parcialmente associada à taxa de câmbio, acrescida do reconhecimento de dívidas antigas (*hidden liabilities* ou, no jargão jornalístico, “esqueletos”), não conseguiu impedir a continuidade do crescimento da dívida pública. Isso torna necessário conservar o superávit primário acima de 3% do PIB ainda por alguns anos, de modo a evitar o prolongamento desse processo, que fez a dívida líquida do setor público saltar de 43% do PIB no final de 1998 para 53% do PIB três anos depois.

Tabela 3
Brasil: Superávit Primário do Setor Público Consolidado
(Em % do PIB)

Período	Superávit Primário
1985/94	1,7
1995/98	- 0,2
1999/2001	3,5

Fonte: Banco Central.

(-) = Déficit.

Tabela 4
Brasil: Indicadores do Setor Externo – 1993/2001

<i>Ano</i>	<i>Déficit em Conta Corrente (US\$ Bilhões)</i>	<i>Balança Comercial (US\$ Bilhões)</i>	<i>Dívida Líquida/ Exportação de Bens</i>
1993	0,4	13,1	2,9
1994	1,3	10,8	2,5
1995	18,0	- 3,4	2,3
1996	23,1	- 5,6	2,5
1997	30,8	- 6,7	2,8
1998	33,6	- 6,6	3,5
1999	25,1	- 1,3	3,9
2000	24,7	- 0,7	3,3
2001	23,2	2,6	3,0

Fonte: *Banco Central*.

Em resumo, a rigor o Brasil fez muito mais do que apenas alterar a política cambial em 1999. Na realidade, houve uma tríplice mudança. Em primeiro lugar, naturalmente, deve ser mencionada a modificação da política cambial, mediante a adoção do regime de câmbio flutuante, que, como se sabe, aumenta a margem de manobra das autoridades para reagir diante de situações de crise externa.

Em segundo lugar, mudou o regime fiscal. Pela primeira vez em 30 anos, como não acontecia desde o rígido programa de estabilização adotado no período 1964/67, o Brasil teve uma restrição orçamentária efetiva, no contexto do acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional para o período 1999/2001 e depois estendido até 2002 (inclusive). Em outras palavras, ao invés de as pressões em favor de mais gastos serem acomodadas pela expansão da dívida pública e por emissão monetária ou financiadas com privatizações, foi perseguida uma meta fiscal primária dura, a qual foi rigorosamente cumprida. Ainda que persistam dúvidas acerca do que acontecerá com o grau de austeridade fiscal após a conclusão do acordo, a realização de algumas reformas institucionais importantes – como as mudanças na legislação previdenciária ou a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelecendo regras de comportamento para as autoridades, definindo tetos para os gastos com pessoal etc. – autoriza a supor que dificilmente o país retornará ao padrão de desordem fiscal que tradicionalmente caracterizara as suas finanças públicas.

Finalmente, o Brasil incorporou-se em 1999 ao grupo de aproximadamente 10 países que adotam metas de inflação formais (*inflation target*), tendo desde então definido uma variação dos preços de 8% em 1999, 6% em 2000, 4% em 2001 e 3,5% em 2002, com margem de tolerância de dois pontos percentuais abaixo ou acima da meta e com um êxito claro nos primeiros dois

anos da experiência.³ Embora a inflação possa ser superior ao teto estabelecido para a política – não há mecanismos formais de *enforcement* ou de punição às autoridades em caso de frustração das metas –, o número definido tem de fato funcionado até agora como um *constraint* de médio prazo para a política econômica, obrigando o Banco Central a agir através da política monetária para induzir a um retorno das taxas de inflação para o intervalo da faixa de tolerância definida. Se essa prática se consolidar, à medida que o novo regime ganhar credibilidade, será difícil para qualquer autoridade, no futuro, ignorar os compromissos assumidos com a continuidade da estabilidade.

Em resumo, no final da década de 90 – e nesse sentido os problemas observados em 2001 não modificam a essência da análise – o Brasil definiu um esquema de política econômica inédito em sua história, combinando: a) uma desvalorização, acompanhada de uma nova situação cambial que tende a melhorar os indicadores de solvência externa do país; b) um forte ajuste fiscal, que, desde que a taxa de câmbio real se estabilize, deve evitar a continuidade da trajetória ascendente da relação dívida pública/PIB; e c) um firme comprometimento com uma trajetória de inflação baixa. É nesse contexto de respeito aos chamados *fundamentos macroeconômicos* que, uma vez superados os percalços registrados com a combinação das crises energética, argentina e mundial, a economia brasileira dá sinais de retomar o crescimento interrompido em 2001. Potencialmente, o Brasil tem pela frente perspectivas promissoras como não se viam desde a década de 70, embora sem qualquer chance de voltar a crescer a um ritmo tão acelerado quanto o daquele *boom*, quando a economia se expandia a uma média da ordem de 9% a.a.

3. As Restrições ao Crescimento na Década de 2000

Esta seção analisa as principais grandes restrições ao crescimento da economia brasileira no longo prazo. São elas:

- a tendência ao esgotamento da capacidade ociosa;
- a existência de limitações da poupança doméstica;
- a dificuldade de crescer a taxas superiores às do comércio mundial; e
- a redução do crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), combinada com as limitações para o aumento da produtividade.

3 Os preços ao consumidor aumentaram 8,9% em 1999 e 6% em 2000.

Em todos os casos, a análise levará em conta a perspectiva para o curto e o médio prazo e será cotejada com as tendências referentes ao longo prazo de cada uma das variáveis relevantes em discussão.

3.1. A Tendência ao Esgotamento da Capacidade Ociosa

A capacidade ociosa da economia costuma ser relativamente alta no início de um ciclo após anos de crescimento baixo, o que deixa aberta a possibilidade de um certo crescimento por alguns anos, independentemente da evolução da taxa de investimento, que a médio e longo prazo, porém, é crucial para viabilizar a continuidade ou provocar o arrefecimento de um ciclo de expansão. Embora a ocupação da capacidade esteja atualmente ainda aquém do nível de anos anteriores, a possibilidade de crescimento que isso cria não deve ser superestimada (Tabela 5). Vale lembrar, a propósito, o que aconteceu com a economia brasileira em torno da metade dos anos 80, quando, após a recessão de 1981/83, iniciou-se a retomada do crescimento em 1984, com a economia já no final de 1985 dando mostras de superaquecimento, fenômeno agravado ao extremo devido ao *boom* provocado pelo Plano Cruzado, em 1986. Portanto, a existência de capacidade não utilizada permite crescer durante alguns anos, quando a economia se recupera, mas esse processo se esgota se não for acompanhado de uma ampliação do espaço do investimento na economia.

Muitas vezes, menciona-se como indicador de quão elevada seria a ociosidade o baixo uso da capacidade instalada, captado pela sondagem conjuntural da indústria promovida trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas e mostrado na Tabela 5. A última média anual da sondagem trimestral desse indicador revelou uma ocu-

Tabela 5
Sondagem Industrial: Utilização da Capacidade Instalada –
Média Anual – 1980/2001
(Em %)

Ano	Utilização da Capacidade	Ano	Utilização da Capacidade	Ano	Utilização da Capacidade
1980	84	1990	74	2000	83
1981	78	1991	75	2001	82
1982	76	1992	72		
1983	73	1993	77		
1984	74	1994	80		
1985	78	1995	83		
1986	83	1996	82		
1987	81	1997	84		
1988	80	1998	82		
1989	81	1999	81		

Fonte: Ibre/FGV.

pação de 82% da capacidade, o que supostamente sugeriria haver uma ociosidade de 18%. Entretanto, cabe destacar que o máximo de utilização desse indicador foi de 90% em 1973 e que nas últimas duas vezes que a economia brasileira reconhecidamente esteve em uma situação típica de superaquecimento – no Plano Cruzado e logo depois do início do Plano Real –, com o surgimento de claros sinais de pontos de estrangulamento, a utilização da capacidade máxima foi de 86% nas sondagens tanto de outubro de 1986 como de abril de 1995.⁴ Portanto, no exercício a ser explicado a seguir, considerou-se que aquele nível corresponderia ao máximo e, supondo que a média de 2002 seja similar à de 2001, definiu-se um nível inicial de utilização da capacidade de 95% do total, simplesmente dividindo 82% por 86% e estendendo à economia como um todo o mesmo número da indústria.

Adotaram-se também dois coeficientes técnicos baseados em estudos específicos. De Carvalho (1996) utilizamos o coeficiente de depreciação do estoque defasado de capital de 4%, por ele calculado. Complementarmente, seguindo Feu (2001), trabalhamos com uma estimativa de relação capital/produto potencial de 3. Com base no coeficiente de depreciação de 0,04 e na relação capital/produto potencial de 3, calculamos a ocupação da capacidade da economia com base nas seguintes equações:

$$K = K_{(-1)} \cdot (1 - \alpha) + I_{(-1)} \quad (1)$$

$$Y^* = K/\theta \quad (2)$$

e:

$$Y = Y_{(-1)} \cdot (1 + y) \quad (3)$$

onde: K = estoque de capital; I = FBCF, ou seja, o investimento bruto; Y^* = produto potencial; Y = PIB; α = coeficiente de depreciação, com $\alpha = 0,04$ ou 25 anos de vida útil do capital; θ = relação capital/produto potencial, com $\theta = 3$; y = taxa de crescimento real da economia; e o símbolo (-1) indica defasagem de um período.

Face aos valores arbitrados para a taxa de investimento de 2002 (de 20% do PIB) – apenas ligeiramente superior à de 2001 – e considerando a) a mencionada ocupação da capacidade inicial de 95%, b) uma hipótese de crescimento da taxa de investimento de 0,5% do PIB a cada ano e c) uma expansão da economia de 4% a.a., o indicador de capacidade, ou seja, a comparação de Y de (3) com Y^* de (2), dado (1), para os anos de 2003 em diante, é apresentado na Tabela 6, onde se mostra que em 2006 a utilização da capacidade seria de 100% do produto potencial, supondo as

4 Isso se explica pelo fato de o número refletir uma média de diferentes setores. Basta que alguns setores-chave, em que não é possível importar para abastecer o mercado, estejam operando com 100% de capacidade para que, mesmo que outros se encontrem abaixo disso, o nível de atividade da economia encontre um teto.

Tabela 6
Brasil: Cenário de Ocupação da Capacidade^a – 2002/06
(Em %)

Ano	Taxa de Investimento (Preços de 2002)	Taxas de Crescimento		Ocupação da Capacidade
		PIB	PIB Potencial ^a	
2002	20,0	n.c.	n.c.	95,0
2003	20,5	4,0	2,3	96,5
2004	21,0	4,0	2,6	97,9
2005	21,5	4,0	2,9	99,0
2006	22,0	4,0	3,1	99,8

n.c. = não considerado.

^aResultados baseados em uma ocupação inicial da capacidade em 2002 de 95%, com depreciação de 4% do capital e relação capital/produto potencial de 3 e hipóteses de crescimento do PIB de 4% a.a. e de incremento da taxa de investimento em 0,5% do PIB por ano a partir de 2003. Para mais explicações, ver texto.

hipóteses explicitadas na tabela. Os números, portanto, sugerem que atualmente há um certo espaço para crescer mediante a simples ocupação da capacidade, mas que esse espaço tende a se esgotar rapidamente se o crescimento for muito intenso e a recuperação da taxa de investimento for lenta.

3.2. A Poupança Doméstica

As equações (1) a (3) são a base para gerar as Tabelas 7 e 8. O objetivo desta seção é calcular que taxas de crescimento resultam de diferentes níveis de taxa de poupança e de investimento e, invertendo os termos da questão, que taxas de poupança e de investimento são requeridas para poder viabilizar certos níveis desejados de crescimento econômico. No exercício a ser elaborado, além da depreciação de 4% do estoque defasado de capital ($\alpha = 0,04$), foram utilizados três parâmetros diferentes da relação capital/produto potencial (θ), correspondentes ao valor original de Feu (2001) já mencionado (3) e admitindo pequenas mudanças desse parâmetro para 2,8 em um caso alternativo e 3,2 no outro. Naturalmente, os resultados são muito sensíveis às mudanças desse parâmetro. Em todos os casos, nesta seção, trabalhou-se com a hipótese de que o produto seja igual ao produto potencial, isto é, de que a ocupação da capacidade seja constante e igual a 100%. Nesse caso, por definição, em equilíbrio, as taxas de crescimento do estoque de capital, do produto potencial e do PIB são idênticas entre si.

Além das equações (1) a (3), respeita-se a identidade macroeconômica de igualdade entre poupança (S) e investimento (I):

$$S = I \quad (4)$$

Definindo s como a taxa de poupança agregada da economia – incluindo a poupança externa –, esta é igual à taxa de investimento, sem considerar a variação de estoques. Portanto, tem-se:

$$s = S/Y = I/Y \quad (5)$$

Dividindo em (1) por $K_{(-1)}$, sabendo que, por (2), para qualquer período de tempo, $K = Y^* \cdot \theta$, e dado que, como explicado, por hipótese, $Y = Y^*$ e a taxa de variação do estoque de capital é igual à do PIB, após alguns algebrismos conclui-se que a taxa de crescimento do PIB (y) é dada por:

$$y = s/\theta - \alpha \quad (6)$$

onde s é a taxa de poupança e de investimento e os parâmetros θ e α têm o mesmo significado que nas equações (1) e (2). Invertendo os termos, por sua vez, essa mesma equação permite calcular a taxa de poupança e de investimento s requerida para viabilizar certo objetivo de crescimento, pois por (6) tem-se:

$$s = (y + \alpha) \cdot \theta \quad (7)$$

Na Tabela 7, utilizando (6), calculou-se a taxa de crescimento do PIB que resulta de uma certa FBCF, enquanto na Tabela 8 inverteram-se os termos da questão e, com base em (7), calculou-se o requisito de formação de capital, expresso como taxa de poupança e de investimento – sem considerar a variação de estoques –, necessário para atingir determinadas metas de crescimento em regime de *steady state*.

A consideração de quanto esforço o país deve fazer em termos de aumento do investimento para atingir taxas de crescimento sustentado de 4% a 5% depende crucialmente da hipótese assumida acerca da relação capital/produto potencial. Para o intervalo de variação aqui utilizado, a Tabela 7 sugere que a taxa de investimento – sem computar a variação de estoques –, medida a preços constantes de 2002 e que se supõe seja de aproximadamente 20% do PIB atualmente, permitiria crescer apenas em torno de 2% a 3% a.a., *grossa modo*, uma vez que a capacidade ociosa se esgotar. De forma análoga, a Tabela 8 indica que, para poder aspirar a crescer a um ritmo médio anual de 5%, a referida taxa de investimento a preços de 2002 teria que atingir 25% a 29% do PIB. *Se adotarmos uma relação capital/produto potencial de 3, resumidamente, a taxa de poupança e de investimento de 20% do PIB permite crescer apenas 2,7% a.a. na ausência de capacidade ociosa, enquanto para crescer a um ritmo de 4% a 5% a.a. se requer atingir uma taxa de poupança e de investimento de 24% a 27% do PIB.*

De modo geral, os indícios disponíveis apontam para a importância de que a taxa de investimento se recupere, como condição *sine qua non* para poder alcançar taxas de crescimento maiores, o que deverá requerer, concomitantemente, uma elevação da taxa de poupança agregada da economia.

Tabela 7
PIB: Taxas de Crescimento para Diferentes Valores da Taxa de Investimento
(Em %)

FBCF (% do PIB, Preços de 2002) ^a	Taxas de Crescimento do PIB (%)		
	$\theta = 2,8$	$\theta = 3,0$	$\theta = 3,2$
20,0	3,1	2,7	2,3
21,0	3,5	3,0	2,6
22,0	3,9	3,3	2,9
23,0	4,2	3,7	3,2
24,0	4,6	4,0	3,5
25,0	4,9	4,3	3,8
26,0	5,3	4,7	4,1
27,0	5,6	5,0	4,4

Obs.: Valores calculados a partir da equação (6) do texto, supondo plena ocupação da capacidade, com base em $y = s/\theta - \alpha$, onde y é a taxa de crescimento real do PIB, s é a taxa de poupança e de investimento (FBCF) da economia, sem considerar a variação de estoques, θ é a relação capital/produto potencial ($\theta = 3$) e α é o coeficiente de depreciação do estoque defasado de capital ($\alpha = 0,04$).

^aCorresponde à taxa de poupança agregada, incluindo a poupança externa.

Tabela 8
Taxa de Investimento Requerida para Atingir Diferentes Metas de Crescimento do PIB
(Em % do PIB a Preços Constantes de 2002)

Crescimento do PIB (%)	FBCF (% do PIB, Preços de 2002) ^a		
	$\theta = 2,8$	$\theta = 3,0$	$\theta = 3,2$
3,0	19,6	21,0	22,4
3,5	21,0	22,5	24,0
4,0	22,4	24,0	25,6
4,5	23,8	25,5	27,2
5,0	25,2	27,0	28,8

Obs.: Valores calculados a partir da equação (7) do texto, supondo plena ocupação da capacidade, com base em $s = (y + \alpha) \cdot \theta$, sendo $\alpha = 0,04$ e $\theta = 3$, onde os parâmetros s , y , α e θ têm o mesmo significado que na Tabela 7.

^aCorresponde à taxa de poupança agregada, incluindo a poupança externa.

Não cabe aqui entrar na polêmica acerca da relação de causalidade entre o comportamento da taxa de poupança e o crescimento da economia, objeto de intensa controvérsia na teoria econômica.⁵ O que se torna evidente, por definição, é que:

- a queda desejada da trajetória da relação déficit em conta corrente/PIB, importante para diminuir a vulnerabilidade da economia brasileira, se ocorrer, irá fatalmente se traduzir em uma diminuição da contribuição

5 Sobre as polêmicas mais recentes no caso do Brasil, ver Amadeo e Giambiagi (1990), Além e Giambiagi (1997) e Reis *et alii* (1998) para a apresentação de argumentos relacionados à situação brasileira nos anos 90; para o debate internacional sobre o assunto, ver, entre outros, Hausmann *et alii* (1996) e Easterly (1997).

da poupança externa, associada a uma expansão da relação exportações/PIB e/ou a uma diminuição da relação importações/PIB; e

- uma taxa de crescimento futuro maior deverá demandar um incremento da taxa de investimento.

Ora, se as relações balanço de bens e serviços não-fatores/PIB e investimento/PIB aumentam, é evidente que a única forma de viabilizar isso é mediante uma redução da relação consumo total/PIB. Nesse sentido, é interessante observar os dados das Contas Nacionais a preços correntes da Tabela 9, que, deixando de lado as oscilações registradas no período, mostram um conjunto de fatos que se combinam entre si, entre o início da série (nos primórdios do Plano Real) e a última observação disponível (2001):

- entre 1994 e 2001, o consumo das famílias e do governo aumentou, respectivamente, 0,5 ponto e 2 pontos percentuais do PIB;
- apesar do aumento da poupança externa de 4,4 pontos do PIB entre 1994 e 2001, as taxas de investimento e de poupança agregada – que representam uma identidade macroeconômica – *caíram* em termos relativos no mesmo período; e
- a combinação de aumento do consumo das famílias e deterioração da situação fiscal acarretou uma *piora* da poupança doméstica de 6,2% do PIB entre 1994 e 2001.⁶

Tabela 9
Brasil: Contas Nacionais a Preços Correntes – 1994/2001
(Em % do PIB)

Item	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Consumo Final	77,5	79,5	81,0	80,9	81,0	81,3	79,9	80,0
Famílias	59,6	59,9	62,5	62,7	61,9	62,0	60,6	60,1
Governo	17,9	19,6	18,5	18,2	19,1	19,3	19,3	19,9
FBCF	20,8	20,5	19,3	19,9	19,7	19,1	19,4	19,4
Variação de Estoques	1,4	1,8	1,6	1,6	1,5	1,1	2,3	1,6
Saldo de Bens e Serviços Não-Fatores	0,3	- 1,8	- 1,9	- 2,4	- 2,2	- 1,5	- 1,6	- 1,0
Exportações	9,5	7,7	7,0	7,5	7,4	10,4	10,8	13,4
Importações	9,2	9,5	8,9	9,9	9,6	11,9	12,4	14,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Poupança	20,8	20,5	19,3	19,9	19,7	19,1	19,4	19,4
Doméstica	20,6	18,0	16,3	16,1	15,4	14,4	15,2	14,8
Externa	0,2	2,5	3,0	3,8	4,3	4,7	4,2	4,6

Fonte: IBGE. Para os dados de poupança, elaboração própria, com base em dados do Banco Central.

6 Apesar da melhora do resultado primário depois de 1998, o resultado global piorou sensivelmente entre 1994 e 2001, em parte devido ao fato de que em 1994, especificamente, houve um superávit primário excepcional e fundamentalmente devido ao maior peso dos juros.

Tais dados sugerem que parte do segredo para aspirar a uma melhora das perspectivas de crescimento, baseada na recuperação do investimento, terá que consistir na contenção do crescimento do consumo – público e privado – a taxas inferiores às do PIB. Nesse sentido, mecanismos de estímulo à poupança privada, tais como o fortalecimento dos fundos de pensão e a retomada de programas de habitação que requeiram a poupança das famílias, desempenharão um papel importante nesse processo. Ao mesmo tempo, a continuidade da austeridade fiscal, combinada com uma redução gradual das taxas de juros, deveria permitir uma diminuição das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSPs) e uma melhora da poupança pública.

3.3. O Crescimento Mundial e a Taxa de Câmbio

Além da disponibilidade ou não de capacidade ociosa e do aumento da poupança doméstica, outro fator que deverá condicionar o potencial de crescimento futuro da economia brasileira é o dinamismo das exportações. Para isso, torna-se útil fazer uma pequena digressão, como desenvolvido a seguir.

Define-se o conceito de “passivo externo líquido ampliado” (Pela) como o total dos ativos estrangeiros aplicados no país, líquido dos ativos de brasileiros no exterior, sendo o conceito a soma da dívida externa líquida e do estoque de capital estrangeiro na forma de investimento direto – descontado o estoque de capital direto brasileiro no exterior. Chamando o Pela de D , quando a relação D/PIB (d) é constante, por definição, a taxa de crescimento desse passivo é igual à do PIB. Sendo a variação, ou “delta” (Δ) de D , correspondente ao déficit em conta corrente (DCC), então:

$$DCC = \Delta D = y_{\text{US\$}} \cdot D_{(-1)} \quad (8)$$

onde $y_{\text{US\$}}$ é a taxa de crescimento *nominal* do PIB, expressa em dólares correntes, e o símbolo (-1) indica defasagem de um período.⁷

Em condições de estabilidade do valor de d , a relação DCC/PIB é uma constante (f). Dividindo (8) pelo PIB, tem-se:

$$f = d \cdot y_{\text{US\$}} / (1 + y_{\text{US\$}}) \quad (9)$$

A proporção (c) dos juros e lucros e dividendos sobre o PIB, dada uma taxa de remuneração média (r) do capital estrangeiro – incluindo dívida e ativos físicos no país –, é dada por:

$$c = r \cdot d / (1 + y_{\text{US\$}}) \quad (10)$$

⁷ O conceito se diferencia da taxa y das equações anteriores, que correspondia à taxa de crescimento *real* da economia.

O superávit (b) que o país tem que atingir nos demais itens da conta corrente do balanço de pagamentos que não os dois mencionados itens de juros e lucros e dividendos, medido em relação ao PIB, conseqüentemente, é representado por:

$$b = c - f = d \cdot (r - y_{US\$}) / (1 + y_{US\$}) \quad (11)$$

que, sendo os parâmetros d , r e $y_{US\$}$ conservados no tempo, é também um valor estável, em condições de *steady state*. O termo b também pode ser expresso como a diferença entre x e m :

$$b = x - m \quad (12)$$

onde x e m expressam, respectivamente, as proporções em relação ao PIB das receitas e despesas de exportações e importações de bens e serviços que não os mencionados serviços financeiros, acrescidos das transações unilaterais. O valor de b pode ser entendido como uma medida da transferência de recursos “reais” ao exterior, em relação ao PIB, em contraposição aos fluxos meramente financeiros associados aos juros e aos lucros e dividendos. Sendo b e m constantes – no caso deste último, admitindo que as importações sejam uma fração fixa do PIB –, portanto, necessariamente x também deve ser uma constante, em condições de equilíbrio – definindo este como a conservação de um d estável.

Isso cria, potencialmente, porém, um problema. De fato, se *a)* as importações são uma fração fixa do PIB do Brasil e *b)* o PIB brasileiro cresce acima da taxa de crescimento da economia mundial, a única forma de respeitar a constância de (12) é que a taxa de crescimento das exportações brasileiras seja maior do que a taxa de crescimento da economia mundial, o que significa aumentar a penetração de produtos brasileiros na economia mundial.⁸

Se, por sua vez, no mundo como um todo, o comércio se expande em níveis superiores aos do PIB mundial, isso pode ser viável, pois, mesmo mantido o *market share* do Brasil no comércio internacional, a condição acima explicada seria respeitada. Se, entretanto, o comércio global cresce em linha com a produção do resto do mundo, o desafio a vencer é significativo, pois significa que, para o Brasil, *conservar o equilíbrio externo implica aumentar o peso das exportações brasileiras no comércio mundial*. Como conseguir vencer esse desafio não é uma tarefa trivial de responder.

8 Observe-se que, se *a)* o coeficiente de importações do Brasil é constante, *b)* o comércio mundial cresce à mesma taxa que a economia mundial e *c)* a participação das exportações brasileiras no comércio internacional mantém-se estável, então a taxa de crescimento das exportações brasileiras é igual à da economia mundial. Nesse caso, o crescimento do PIB do Brasil a taxas superiores às da economia mundial – ou seja, superiores também às do comércio mundial – gera uma taxa de crescimento das importações brasileiras maior que a das exportações, o que no limite conduz o setor externo do país a uma situação explosiva.

As Tabelas 10 e 11 – obtidas com base nas Tabelas A.1, A.2 e A.3 do Apêndice – servem para ilustrar a dimensão desse desafio. Há alguns pontos que merecem ser ressaltados:

- os movimentos do PIB no Brasil tendem a estar associados aos da economia mundial: o país cresce mais quando o mundo cresce mais e menos quando o dinamismo da economia mundial arrefece; tal associação não valeu na década de 70, mas justamente por isso o Brasil pagou um preço pelo descompasso, na forma de um endividamento externo elevado, cujas consequências se fizeram sentir durante toda a década de 80;
- apesar do intenso crescimento das exportações do país nos anos 70, o Brasil teve uma pequena perda de presença no comércio mundial, já que no período 1961/2000 suas exportações cresceram a uma taxa média de 9,9% a.a., em dólares correntes, enquanto o comércio mundial cresceu anualmente a uma taxa média ligeiramente superior, de 10,4%; e

Tabela 10
PIB Mundial: Taxas de Crescimento Real Médio
(Em % a.a.)

	1961/65	1966/70	1971/75	1976/80	1981/85	1986/90
Crescimento Anual Médio do PIB						
Mundo	4,9	4,7	3,6	4,1	3,0	3,8
Países Industrializados	5,1	4,3	2,9	3,4	2,5	3,3
Estados Unidos	4,6	3,0	2,3	3,2	2,9	2,9
Japão	10,0	11,0	4,3	4,8	3,8	4,5
África	5,1	4,4	4,1	3,5	1,4	3,2
Ásia	2,2	4,2	4,8	6,1	7,1	7,1
Oriente Médio	7,5	9,5	9,4	3,1	1,0	0,7
América Latina e Caribe	5,7	5,5	6,3	5,7	0,9	2,4
Brasil	4,3	8,1	10,3	7,1	1,3	1,9
Demais Países da América Latina ^a	6,3	4,6	4,6	4,9	0,7	2,6

	1991/95	1996/2000	1961/70	1971/80	1981/90	1991/2000
Crescimento Anual Médio do PIB						
Mundo	3,7	3,9	4,8	3,8	3,4	3,8
Países Industrializados	1,8	3,0	4,7	3,1	2,9	2,4
Estados Unidos	2,0	4,3	3,8	2,8	2,9	3,1
Japão	1,4	0,2	10,5	4,6	4,1	0,8
África	1,6	4,2 ^b	4,7	3,8	2,3	2,5 ^b
Ásia	8,5	5,8	3,2	5,4	7,1	7,1
Oriente Médio	4,2	3,4 ^c	8,5	6,2	0,8	3,8 ^c
América Latina e Caribe	3,3	2,9 ^c	5,6	6,0	1,6	3,1 ^c
Brasil	3,1	2,2	6,2	8,7	1,6	2,7
Demais Países da América Latina ^a	3,4	3,5 ^c	5,4	4,8	1,7	3,5 ^c

Fonte: Para o PIB do Brasil, IBGE; para o PIB dos demais países, International Financial Statistics Yearbook.

^aDado obtido com base na participação de 36,8% do PIB do Brasil no PIB da América Latina em 1990.

^bCompreende o período até 1998.

^cCompreende o período até 1999.

Tabela 11
Crescimento Médio das Importações em Dólares Correntes
(Em % a.a.)

	1961/65	1966/70	1971/75	1976/80	1981/85	1986/90
Crescimento Anual Médio das Importações						
Mundo	7,6	11,5	22,6	18,2	-0,6	12,5
Países Industrializados	9,0	11,8	21,0	18,3	-0,4	13,4
Estados Unidos	7,2	12,8	20,1	19,4	6,5	8,0
Japão	12,7	18,2	25,1	19,6	-1,6	12,5
África	4,1	6,5	23,8	16,6	-6,7	5,5
Ásia	3,4	6,7	25,2	22,5	4,3	16,0
Oriente Médio	7,8	9,8	37,8	20,5	-2,5	2,6
América Latina e Caribe	2,9	9,4	25,1	17,6	-8,3	9,9
Brasil	-5,6	21,1	36,7	12,9	-10,5	9,5
Demais Países da América Latina	4,2	7,8	22,3	19,0	-7,8	9,9
Crescimento Anual Médio das Exportações Brasileiras	4,7	11,4	25,9	18,4	5,0	4,1

	1991/95	1996/2000	1961/70	1971/80	1981/90	1991/2000
Crescimento Anual Médio das Importações						
Mundo	8,2	4,7	9,6	20,4	5,7	6,4
Países Industrializados	5,9	4,7	10,4	19,7	6,3	5,3
Estados Unidos	8,3	10,3	10,0	19,7	7,2	9,3
Japão	7,4	2,5	15,4	22,3	5,2	4,9
África	6,5	1,7	5,3	20,2	-0,8	4,1
Ásia	16,0	3,4	5,1	23,8	10,0	9,5
Oriente Médio	5,3	5,5	8,8	28,9	0,0	5,4
América Latina e Caribe	14,9	8,3	6,1	21,3	0,4	11,5
Brasil	19,0	1,7	6,9	24,2	-1,0	10,0
Demais Países da América Latina	13,9	9,8	5,9	20,6	0,7	11,9
Crescimento Anual Médio das Exportações Brasileiras	8,2	3,2	8,0	22,1	4,5	5,8

Fonte: International Financial Statistics Yearbook.

- após o Plano Real, essa perda de presença se acentuou, já que nos seis anos do período 1995/2000 as exportações brasileiras, em dólares correntes, aumentaram apenas 4% a.a., bastante abaixo do crescimento do comércio mundial de 7,1% a.a.

Para ganhar espaço no comércio internacional, o Brasil depende da melhora da competitividade e dos aumentos de produtividade maiores do que os outros países do mundo. Para tal, será importante que o país realize uma profunda reforma do seu sistema tributário. O problema, nesse caso, é que ao longo das décadas de 80 e 90 o sistema foi sendo progressivamente baseado em impostos cumulativos – “em cascata” –, em detrimento da tributação sobre a renda ou o valor agregado. Tal característica gera um viés antiexportador e pró-importador, à medida que a produção doméstica é onerada por uma carga de impostos que não podem ser descontados do preço final do produto. Isso faz

com que os bens produzidos no Brasil enfrentem uma concorrência desigual com os importados – que não padecem desse problema nos seus respectivos países de origem – e que as exportações brasileiras tenham dificuldades para ganhar espaço no comércio internacional. Uma reforma tributária que substitua a tributação em cascata por uma espécie de Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA) e que desonere as exportações é, portanto, um fator-chave para essa melhoria da competitividade dos produtos brasileiros.

3.4. A Disponibilidade de Mão-de-Obra e a Produtividade⁹

A discussão sobre o potencial de crescimento futuro da economia brasileira não poderia deixar de concluir com uma menção, inspirada no modelo de Solow (1956), acerca das relações existentes entre crescimento econômico, crescimento da população ocupada e produtividade.

Nos próximos anos, o crescimento da renda *per capita* brasileira será favorecido pela combinação de dois elementos: em primeiro lugar, a taxa de desemprego elevada existente atualmente garante a possibilidade de que a população ocupada possa crescer a taxas superiores às da PEA durante alguns anos; e, em segundo, espera-se que a PEA cresça a taxas bastante superiores às da população (Tabela 12). Portanto, mesmo que a produtividade por homem ocupado mantenha-se constante, se a população ocupada crescer acima da PEA e esta acima da população, por definição, a renda *per capita* aumentará. Vejamos essas questões por partes.

Uma taxa de desemprego da ordem de 7% permite ter um “colchão” de mão-de-obra em condições de sustentar uma economia aquecida por um certo número de anos, sem temor de que isso possa gerar problemas no mercado de trabalho.¹⁰ O Brasil provavelmente terá condições de passar por alguns anos de expansão econômica antes que a taxa de desemprego possa atingir o piso “friccional” que não provoque pressões inflacionárias, provavelmente da ordem de 4%. Com um aumento da

Tabela 12
Brasil: Projeções Demográficas
(Em % a.a.)

Projeção	2001/05	2006/10	2011/15	2016/20
População	1,1	1,0	0,9	0,8
PEA	1,8	1,4	0,9	0,6

Fonte: Oliveira (1997, Tabela 1).

⁹ Sobre algumas dessas questões, ver Bonelli (1996), Bonelli e Fonseca (1998) e McKinsey (2000).

¹⁰ A taxa de desemprego aberto do IBGE – média anual – chegou a ter um mínimo de 3,4% em 1989. Em termos mensais, em dezembro do mesmo ano, a taxa mínima foi de 2,4%.

produtividade da mão-de-obra de aproximadamente 2% a.a., um crescimento econômico médio anual de 4,5% permite um crescimento do número de postos de trabalho da ordem de 2,5% a.a. Se a PEA se expandir, nos próximos anos, 1,8% a.a., serão necessários cinco anos para que uma taxa de desemprego inicialmente em torno de 7% diminua abaixo de 4%. Portanto, durante alguns anos, o crescimento da PEA não será um obstáculo para o crescimento econômico.

Por outro lado, cabe lembrar que o fato de o crescimento previsto da PEA na atual década ser em torno de 0,5 ponto percentual maior que o da população se deve, primeiro, às características da transição demográfica que o Brasil fez no passado, quando a taxa de crescimento da população caiu rapidamente, e, segundo, ao aumento da taxa de participação feminina no mercado de trabalho a partir dos anos 60. À medida que esses fenômenos perderem força – porque a redução da taxa de natalidade tornou-se mais lenta com o tempo e porque a participação das mulheres no mercado também cresce mais lentamente –, a tendência é que a taxa de crescimento da PEA diminua mais rapidamente que a da população, até que no início da próxima década as curvas praticamente se encontrem. Portanto, mesmo que o crescimento da população ocupada, em situação de pleno emprego, esteja condicionado pela PEA, o fato de esta aumentar a taxas maiores que as da população viabiliza, *ceteris paribus*, um crescimento alto da renda *per capita* na década de 2000, mas o espaço propiciado por isso irá se esgotar até o final da atual década.

Resumidamente, portanto, independentemente da evolução da produtividade, na década de 2000 o Brasil poderá ter um crescimento elevado da renda *per capita*, resultado do fato de a população ocupada poder crescer mais que a PEA – devido ao elevado desemprego atual – e de esta aumentar mais que o crescimento populacional. Em um processo de crescimento que promova quedas sucessivas da taxa de desemprego e face às atuais tendências demográficas, entretanto, ambos os fenômenos tenderão a se esgotar durante a década. A questão relevante a responder é então: que fontes de crescimento terá o Brasil no futuro, uma vez que isso acontecer? A resposta requer abordar as possibilidades de aumento da produtividade da mão-de-obra, para o que é útil observar as Tabelas 13 e 14.¹¹

Ambas as tabelas permitem constatar a melhoria de produtividade da economia brasileira no que se poderia denominar de “fase fácil” de aumento da eficiência, até 1997, na qual o aumento da produtividade por trabalhador, no âmbito da indústria, foi da ordem de 5% a.a., baseado em parte em modernização

11 As taxas de crescimento recentes da população foram ligeiramente superiores às previstas na Tabela 12, que reflete previsões feitas em 1997. Tal fato sugere que os dados de crescimento populacional da tabela podem estar subestimados em 0,1% a 0,2% a.a.

Tabela 13
Brasil: Taxas de Crescimento – 1992/2001
(Em %)

<i>Item</i>	<i>1992</i>	<i>1993</i>	<i>1994</i>	<i>1995</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>	<i>1998</i>	<i>1999</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>
PIB										
Total	-0,54	4,92	5,85	4,22	2,66	3,27	0,13	0,81	4,36	1,51
Indústria	-4,22	7,01	6,73	1,91	3,28	4,65	-1,03	-2,52	4,88	-0,57
Agropecuária	4,89	-0,07	5,45	4,08	3,11	-0,83	1,27	7,95	3,03	5,12
Serviços	1,52	3,21	1,80	1,30	2,26	2,55	0,91	2,20	3,71	2,52
Emprego (População Ocupada)										
Total	-0,47	1,28	2,62	2,40	2,26	0,29	-0,26	0,28	4,25	0,62
Indústria	-4,90	-1,23	1,22	0,09	-2,15	-3,07	-3,34	-2,50	2,83	-0,49
Agropecuária	-1,17	0,24	7,91	-0,36	-13,47	-6,36	-7,89	-5,07	-2,87	3,15
Serviços	1,54	2,35	3,13	3,35	4,12	1,57	0,87	1,24	4,75	0,95
Produtividade da Mão-de-Obra										
Total	-0,07	3,59	3,15	1,78	0,39	2,97	0,39	0,53	0,11	0,88
Indústria	0,72	8,34	5,44	1,82	5,55	7,96	2,39	-0,02	1,99	-0,08
Agropecuária	6,13	-0,31	-2,28	4,46	19,16	5,91	9,94	13,72	6,07	1,91
Serviços	-0,02	0,84	-1,29	-1,98	-1,79	0,96	0,04	0,95	-0,99	1,56
PEA	0,53	0,78	2,34	1,97	3,10	0,55	1,83	0,19	3,78	-0,36
População em Idade Ativa (PIA)	3,10	2,10	1,36	2,00	2,48	2,46	2,44	2,16	2,06	2,39
Taxa de Participação	59,50	58,73	59,30	59,28	59,64	58,53	58,18	57,06	58,02	56,46
População	1,53	1,50	1,46	1,43	1,40	1,38	1,36	1,34	1,33	1,32

Fontes: Para o PIB e a população, Contas Nacionais/IBGE. Para as variáveis populacionais, Pesquisa Mensal de Emprego (PME)/IBGE.

Tabela 14
Brasil: Taxas Médias Anuais de Crescimento – 1992/2001
(Em % a.a.)

<i>Item</i>	<i>Taxas Médias Anuais de Crescimento</i>
PIB	
Total	2,70
Indústria	1,94
Agropecuária	3,37
Serviços	2,19
Emprego (População Ocupada)	
Total	1,32
Indústria	-1,38
Agropecuária	-2,76
Serviços	2,38
Produtividade	
Total	1,36
Indústria	3,37
Agropecuária	6,30
Serviços	-0,18
PEA	1,46
População em Idade Ativa (PIA)	2,25
Taxa de Participação	58,47
População	1,40

Fontes: Tabela 13.

de equipamentos, mas também no uso de novas técnicas de gestão e na redução das fontes mais evidentes de desperdício.¹² Depois da fase inicial de queima de “gorduras”, porém, aumentos adicionais de produtividade na indústria deverão continuar ocorrendo, mas provavelmente a um ritmo menor, como aparentemente já se observou recentemente. Sem receber esse impulso da produtividade industrial, é razoável imaginar que o aumento de produtividade global da economia – negativamente afetado pela baixa produtividade dos serviços – nos próximos anos não deverá repetir o que foi verificado nos anos 90.

Nos próximos anos, as possibilidades de aumento da produtividade por homem ocupado no Brasil vão depender em parte da composição do crescimento: como a indústria apresentou nos anos 90 incrementos de produtividade superiores aos do setor de serviços – que capta o fenômeno do subemprego de mão-de-obra pouco qualificada –, é razoável imaginar que o aumento da produtividade tenderá a ser relativamente alto se a expansão for liderada pela indústria e relativamente baixo se ela for “puxada” pelos serviços.

A longo prazo, a taxa de incremento da produtividade poderá voltar a aumentar, com base em um esforço de capacitação do país na área de educação, com vistas a um melhor treinamento da mão-de-obra. Trata-se, porém, de uma política cujos resultados se medem no espaço de uma geração e que talvez só possam começar a se fazer sentir no final da década de 2000.

4. Conclusões

A Tabela 15 indica que a taxa de crescimento da renda *per capita* melhorou na média dos últimos oito anos em relação à administração de 1990/94. Entretanto, esse comportamento favorável dos indicadores não foi acompanhado por uma evolução similar dos níveis de satisfação da população, o que se deve em parte à alta volatilidade desses indicadores no período, caracterizado por violentas oscilações da atividade econômica. Isso sugere que a sociedade tem preferência por mais crescimento, mas que também preza a baixa volatilidade e a previsibilidade. Em outras palavras, crescer dois anos seguidos a 4% é preferível a crescer 6% em um ano e 2% no outro. Por isso, a perspectiva

12 Na Tabela 13, o conceito de “índice de produtividade” mede apenas a relação entre o índice de produção setorial das Contas Nacionais e o índice de emprego da PME, ambos do IBGE. Na tabela, serviços engloba os setores de “comércio”, “serviços”, “administração pública” e “outros” da PME. Os dados de produtividade da agropecuária foram incluídos por esta ser um dos três grandes setores da economia, mas a rigor devem ser desconsiderados, pelo fato de haver claramente um problema associado ao fato de que os dados de produção são nacionais, enquanto a pesquisa oficial de emprego refere-se às regiões metropolitanas, onde o emprego do setor é mínimo – menos de 1% do pessoal ocupado total.

Tabela 15
Brasil: Taxas de Crescimento da Renda *Per Capita* por
Períodos de Governo
(Em % a.a.)

<i>Período</i>	<i>PIB</i>	<i>População</i>	<i>Renda Per Capita</i>
1990/94	1,3	1,6	- 0,3
1995/2002 ^a	2,4	1,4	1,0

Fonte: IBGE.

^aAdmitindo uma taxa de crescimento do PIB de 2% em 2002.

concreta de que o PIB tenha uma taxa de crescimento média da ordem de 4% a 4,5% a.a. na próxima gestão de governo (2003/06), em um contexto de crescimento da população de pouco mais de 1% a.a. – o que significa uma expansão anual do PIB *per capita* de 3% a 3,5% –, que dê continuidade à melhora apontada, deve ser acompanhada de medidas tendentes a evitar que essa fase de bonança seja seguida de uma posterior decepção.

Este texto visou dar subsídios para essa discussão, ou seja, para a questão de como fazer para que a fase de crescimento que a economia brasileira pode estar prestes a inaugurar não dure apenas poucos anos e se prolongue por um bom tempo. O crescimento às taxas antes mencionadas poderá ser viabilizado durante alguns anos pela combinação de algumas circunstâncias favoráveis, notadamente:

- a disponibilidade de elevada capacidade ociosa inicial;
- o elevado desemprego existente em 2002, o que garante a existência de grande disponibilidade inicial de mão-de-obra; e
- o crescimento esperado da economia mundial.

A médio e longo prazo, porém, ainda que possa talvez contar com uma expansão razoável da economia mundial, a capacidade ociosa tenderá a se esgotar e o desemprego irá cair. Em tais circunstâncias, a criação de outras fontes de crescimento se revelará fundamental para manter o dinamismo da economia.

De fato, na segunda metade da década, com a PEA crescendo, *grosso modo*, a 1,5% a.a., o crescimento da produtividade anual – medida como a relação PIB por homem ocupado – teria que ser de 2,5%, ou seja, mais de 1 ponto percentual acima da média dos últimos 10 anos, para que o crescimento do PIB seja de 4% – e o aumento do PIB *per capita* não caia abaixo de 3% a.a.

Em resumo, há desafios maiúsculos ainda pela frente. Como reconheceu um recente relatório do JP Morgan (2000, p. 1), o Brasil pode ter uma chance de assistir a uma grande expansão da sua economia, o que requer, porém, um conjunto de iniciativas, destinadas a “... promoting domestic saving, investing

in human capital, assuring an appropriate institutional framework, and fostering an environment that supports microeconomic efficiency and productivity gains”.

Estimular a poupança doméstica é essencial para conseguir aumentar a taxa de investimento para algo em torno de pelo menos 24% do PIB, comparativamente ao nível de menos de 20% do PIB verificado em 2001. Isso requer conservar a melhora recente dos indicadores fiscais e aperfeiçoar os mecanismos de formação de poupança privada, mediante o fortalecimento dos fundos de pensão e do sistema financeiro de habitação.

O apoio à educação é, igualmente, um fator crucial, a longo prazo, para conservar taxas relativamente elevadas de crescimento da economia. Aqui, depois da nítida melhora dos indicadores de alfabetização básica observados nos últimos anos, requer-se dar continuidade a esse esforço mediante o fortalecimento da escolaridade média e o aperfeiçoamento da qualidade da educação superior.

No campo institucional, deve ser seguido o caminho do fortalecimento das agências reguladoras iniciado na segunda metade dos anos 90, com melhorias necessárias particularmente nos setores de energia e transportes e a continuidade dos aperfeiçoamentos em matéria de regulação bancária. Paralelamente, é desejável que se tomem medidas destinadas a isolar os movimentos da economia do ciclo político, o que tende a melhorar o “meio ambiente macroeconômico” e fortalecer as decisões de caráter técnico, com medidas que incluam, por exemplo, a formalização em lei da autonomia operacional do Banco Central.

De modo geral, o desafio que se tem pela frente é o de conseguir taxas de incremento da produtividade por homem ocupado na faixa de 2% a 2,5% a.a., depois de superada a etapa “fácil” de incrementos da produtividade dos anos 90, quando era possível aumentar muito os graus de eficiência diminuindo algumas das “gorduras” mais evidentes existentes no início da década passada. Em outras palavras, o Brasil tem que se propor a seguir um caminho similar, baseado no binômio eficiência/competição, àquele que os Estados Unidos trilharam nos anos 90.

Hipóteses mais otimistas acerca da evolução da relação capital/produto ao longo do tempo, associadas a uma redução desse parâmetro, podem também viabilizar um crescimento maior. Na ausência disso – sobre o que o governo não tem grande controle – e uma vez esgotada a capacidade ociosa atualmente existente, porém admitindo que aquela relação seja constante, *aumentar a taxa de crescimento dos prováveis 4% a 4,5% a.a. para 2003/06, até atingir o tão almejado crescimento a taxas superiores a 5% a.a., irá depender da observação de taxas de investimento de mais de 25% do PIB e/ou de taxas de crescimento da produtividade de 3% a 3,5% a.a.*

Apêndice

Tabela A.1
PIB Mundial: Taxas de Crescimento Real – 1960/2000
(Em %)

	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Crescimento do PIB											
Mundo	–	3,1	4,6	5,0	6,3	5,6	5,6	3,3	4,8	5,7	3,9
Países Industrializados	4,5	4,3	5,1	4,7	6,1	5,3	5,3	3,5	5,1	4,9	2,8
Estados Unidos	2,2	2,6	5,2	4,1	5,3	5,8	5,9	2,9	4,1	2,5	-0,3
Japão	13,3	14,5	7,0	10,5	13,1	5,1	10,5	10,4	12,5	12,1	9,5
África	4,2	5,6	4,6	5,6	4,7	4,8	2,6	-0,1	6,3	4,6	8,7
Ásia	–	-10,9	-0,5	7,9	10,3	5,5	8,4	0,8	-0,2	7,6	4,8
Oriente Médio	–	5,1	8,2	7,8	7,4	8,9	8,2	7,2	9,7	11,0	11,4
América Latina e Caribe	5,3	6,1	4,7	2,2	4,9	11,0	5,6	4,1	6,6	6,6	4,8
Brasil	9,4	8,6	6,6	0,6	3,4	2,4	6,7	4,2	9,8	9,5	10,4
Demais Países da América Latina ^a	–	5,1	4,0	2,8	5,5	14,3	5,2	4,1	5,5	5,5	2,7
	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	
Crescimento do PIB											
Mundo	3,7	4,7	5,9	2,3	1,3	5,3	4,4	4,1	4,0	2,6	
Países Industrializados	3,4	5,0	5,9	0,6	-0,1	4,6	3,8	4,1	3,3	1,0	
Estados Unidos	3,1	4,8	5,2	-0,6	-0,8	4,9	4,5	4,8	2,5	-0,5	
Japão	4,2	8,4	7,9	-1,2	2,6	4,8	5,3	5,1	5,2	3,6	
África	6,6	2,7	4,6	8,1	-1,1	4,6	2,8	0,8	5,1	4,4	
Ásia	3,7	2,7	6,8	4,5	6,3	6,2	7,1	6,9	3,9	6,5	
Oriente Médio	12,4	13,4	8,9	7,4	5,2	15,8	4,1	-6,9	5,2	-1,3	
América Latina e Caribe	6,5	7,1	8,0	6,6	3,6	6,1	4,7	4,8	6,8	6,3	
Brasil	11,3	12,1	14,0	9,0	5,2	9,8	4,6	4,8	7,2	9,1	
Demais Países da América Latina ^a	4,6	4,9	5,2	5,4	2,8	4,1	4,8	4,5	6,6	4,7	
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	
Crescimento do PIB											
Mundo	2,0	0,6	2,8	5,1	4,4	3,6	3,9	4,6	3,6	3,2	
Países Industrializados	1,6	-0,2	2,8	4,7	3,8	3,2	3,1	4,3	3,6	2,4	
Estados Unidos	2,3	-2,1	4,0	7,0	3,6	3,1	2,9	3,8	3,4	1,2	
Japão	3,6	3,2	2,7	4,3	5,0	2,6	4,1	6,2	4,7	4,8	
África	-0,2	1,6	-0,6	1,8	4,3	3,2	1,7	5,3	3,4	2,6	
Ásia	6,0	5,4	7,4	8,4	8,4	6,8	8,0	9,4	5,6	5,6	
Oriente Médio	-0,7	-0,3	5,5	0,6	-0,2	-7,0	1,6	-1,6	2,7	8,4	
América Latina e Caribe	1,0	-0,8	-2,5	3,9	3,1	3,5	3,1	1,0	1,7	2,5	
Brasil	-4,3	0,8	-2,9	5,4	7,9	7,5	3,5	-0,1	3,2	-4,4	
Demais Países da América Latina ^a	4,1	-1,7	-2,3	3,1	0,4	1,1	2,8	1,7	0,8	6,9	
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	
Crescimento do PIB											
Mundo	2,5	3,2	3,6	4,8	4,3	4,6	4,1	2,5	3,3	4,8	
Países Industrializados	1,4	1,7	0,9	2,9	2,3	2,8	3,0	2,7	2,7	3,6	
Estados Unidos	-0,9	2,7	2,3	3,5	2,3	3,4	4,2	4,6	4,2	5,0	
Japão	3,8	1,0	0,3	0,6	1,5	3,9	0,8	-2,9	-1,3	0,5	
África	2,4	-0,3	1,0	2,8	2,0	5,9	3,2	3,4	–	–	
Ásia	6,2	8,9	8,5	9,7	9,0	8,0	6,0	1,9	6,0	7,2	
Oriente Médio	6,0	5,0	3,0	2,9	4,0	4,6	3,7	3,3	2,1	–	
América Latina e Caribe	3,7	2,8	4,2	4,8	1,1	3,6	5,2	2,2	0,6	–	
Brasil	1,0	-0,5	4,9	5,9	4,2	2,7	3,3	0,2	0,8	4,3	
Demais Países da América Latina ^a	5,3	4,6	3,8	4,2	-0,6	4,1	6,2	3,3	0,5	–	

Fonte: Para o PIB do Brasil, IBGE; para o PIB dos demais países, International Financial Statistics Yearbook.

^aDado obtido com base na participação de 36,8% do PIB do Brasil no PIB da América Latina em 1990.

Tabela A.2
Importações Mundiais – 1960/2000
(Em US\$ Bilhões CIF)

	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Importações Mundiais											
Mundo	125,8	130,6	137,4	149,3	166,8	181,6	199,9	209,1	132,1	268,4	313,5
Países Industrializados	86,6	91,0	98,1	107,6	121,3	133,2	147,5	154,8	173,9	201,8	232,4
Estados Unidos	16,4	16,0	17,8	18,6	20,3	23,2	27,8	28,8	35,4	38,5	42,4
Japão	4,5	5,8	5,6	6,7	7,9	8,2	9,5	11,7	13,0	15,0	18,9
África	7,7	7,5	6,9	7,8	8,6	9,4	9,3	9,8	10,3	10,7	12,8
Ásia	12,9	12,4	12,1	12,9	14,2	15,3	16,9	17,3	18,0	18,9	21,2
Oriente Médio	3,9	4,1	4,3	4,6	5,3	5,7	6,4	6,3	7,2	8,5	9,1
Europa Oriental	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
América Latina e Caribe	9,7	10,1	10,3	10,2	10,8	11,1	12,2	12,7	13,8	15,3	17,4
Brasil	1,5	1,5	1,5	1,5	1,3	1,1	1,5	1,7	2,1	2,3	2,8
Demais Países da América Latina	8,2	8,6	8,9	8,7	9,5	10,0	10,7	11,0	11,7	12,9	17,4
Exportações Brasileiras (US\$ Bilhões FOB)	1,3	1,4	1,2	1,4	1,4	1,6	1,7	1,7	1,9	2,3	2,7
	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	
Importações Mundiais											
Mundo	344,5	405,3	559,9	823,4	867,9	973,0	1.114,2	1.289,0	1.626,9	2.005,6	
Países Industrializados	257,3	307,4	422,4	602,9	603,9	696,2	788,2	911,2	1.168,0	1.400,3	
Estados Unidos	48,3	58,9	73,2	110,9	105,9	132,5	160,4	186,0	222,2	257,0	
Japão	19,7	23,9	38,4	61,9	57,9	64,9	71,3	79,9	109,8	141,3	
África	14,6	14,9	19,8	29,5	37,3	37,9	45,2	52,5	54,6	80,4	
Ásia	23,5	26,8	40,5	63,4	65,3	70,4	81,5	104,6	137,1	179,8	
Oriente Médio	10,6	12,7	19,0	31,2	45,2	53,2	69,5	83,0	88,1	115,0	
Europa Oriental	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
América Latina e Caribe	19,7	22,2	26,4	50,9	53,5	55,8	61,9	69,4	86,3	120,2	
Brasil	3,7	4,8	7,0	14,2	13,6	13,7	13,3	15,1	19,8	25,0	
Demais Países da América Latina	16,0	17,4	19,4	36,7	39,9	42,1	48,7	54,3	66,5	95,3	
Exportações Brasileiras (US\$ Bilhões FOB)	2,9	4,0	6,2	8,0	8,7	10,1	12,1	12,7	15,2	20,1	
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	
Importações Mundiais											
Mundo	1.990,5	1.859,7	1.801,6	1.920,3	1.944,2	2.123,4	2.448,3	2.840,5	3.083,0	3.500,5	
Países Industrializados	1.328,9	1.248,0	1.225,3	1.339,8	1.374,2	1.548,1	1.829,5	2.067,7	2.238,8	2.573,1	
Estados Unidos	273,4	254,9	269,9	346,4	352,5	382,3	424,4	459,5	492,9	517,0	
Japão	142,9	131,5	126,4	136,2	130,5	127,6	151,0	187,4	209,7	235,4	
África	86,5	74,7	65,5	62,1	56,7	54,2	58,1	64,4	67,7	74,1	
Ásia	198,3	191,8	199,0	214,9	222,2	231,8	283,2	365,8	414,8	467,2	
Oriente Médio	140,0	143,5	136,7	124,6	101,2	92,8	97,2	102,2	104,0	115,1	
Europa Oriental	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
América Latina e Caribe	128,1	103,3	79,8	81,9	77,9	79,5	90,6	103,2	113,3	124,7	
Brasil	24,1	21,1	16,8	15,2	14,3	15,6	16,6	16,1	19,9	22,5	
Demais países da América Latina	104,0	82,2	63,0	66,7	63,6	64,0	74,0	87,2	93,4	102,2	
Exportações Brasileiras (US\$ Bilhões FOB)	23,3	20,2	21,9	27,0	25,6	22,3	26,2	33,5	34,4	31,4	
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	
Importações Mundiais											
Mundo	3.619,8	3.859,0	3.802,4	4.317,5	5.179,7	5.422,2	5.626,7	5.533,7	5.767,9	6.512,8	
Países Industrializados	2.591,2	2.706,1	2.555,9	2.899,7	3.426,2	3.550,0	3.636,8	3.719,4	3.920,2	4.317,0	
Estados Unidos	508,4	553,9	603,4	689,2	770,9	822,0	899,0	944,4	1.059,4	1.257,6	
Japão	237,0	233,2	241,6	275,2	335,9	349,2	338,8	280,5	311,3	379,5	
África	74,8	79,7	75,7	83,3	101,5	100,9	107,6	106,3	101,7	110,4	
Ásia	534,8	606,4	680,9	795,9	979,5	1.027,0	1.047,0	867,8	947,3	1.159,3	
Oriente Médio	129,0	142,3	137,5	133,1	149,3	155,0	162,0	158,4	161,9	194,7	
Europa Oriental	—	173,9	185,7	218,4	292,5	335,3	357,3	351,7	312,2	359,7	
América Latina e Caribe	143,8	173,9	188,3	220,6	249,8	277,6	331,6	356,6	336,4	372,0	
Brasil	23,0	23,1	27,7	36,0	53,8	56,9	65,0	61,2	51,7	58,5	
Demais Países da América Latina	120,9	150,8	160,6	184,6	196,0	220,6	266,6	295,4	284,7	313,5	
Exportações Brasileiras (US\$ Bilhões FOB)	31,6	35,8	38,6	43,5	46,5	47,7	53,0	51,1	48,0	55,1	

Fonte: International Financial Statistics Yearbook.

Tabela A.3
Crescimento das Importações Mundiais em Dólares Correntes – 1961/2000
(Em % a.a.)

	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Crescimento das Importações Mundiais										
Mundo	3,8	5,2	8,7	11,7	8,9	10,1	4,6	-36,8	103,2	16,8
Países Industrializados	5,1	7,8	9,7	12,7	9,8	10,7	4,9	12,3	16,0	15,2
Estados Unidos	-2,6	11,6	4,7	9,1	14,3	19,6	3,7	23,0	8,6	10,1
Japão	29,4	-3,0	19,5	17,8	2,9	16,6	22,5	11,4	15,7	25,7
África	-1,7	-7,7	12,9	9,7	9,0	-1,2	5,3	5,3	4,0	19,9
Ásia	-3,9	-2,8	6,9	9,7	8,1	10,3	2,4	4,1	5,0	12,1
Oriente Médio	4,2	4,2	7,3	15,3	8,4	12,7	-2,7	14,5	17,9	7,6
Europa Oriental	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
América Latina e Caribe	4,5	2,5	-1,5	6,1	3,1	9,3	4,4	8,9	10,5	14,1
Brasil	-0,1	1,0	0,8	-15,1	-13,2	36,5	11,4	27,9	6,2	25,8
Demais Países da América Latina	5,3	2,7	-1,9	9,8	5,3	6,3	3,4	6,0	10,7	34,7
Crescimento das Exportações Brasileiras										
	10,6	-13,5	15,8	1,7	11,6	9,1	-5,0	13,7	22,9	18,5
	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Crescimento das Importações Mundiais										
Mundo	9,9	17,6	38,1	47,1	5,4	12,1	14,5	15,7	26,2	23,3
Países Industrializados	10,7	19,5	37,4	42,7	0,2	15,3	13,2	15,6	28,2	19,9
Estados Unidos	14,0	21,8	24,4	51,5	-4,5	25,1	21,1	16,0	19,4	15,6
Japão	4,4	21,1	60,9	61,4	-6,6	12,2	9,9	12,0	37,4	28,6
África	13,6	2,2	32,8	49,2	26,6	1,6	19,1	16,2	3,9	47,3
Ásia	11,1	13,8	51,1	56,7	2,9	7,9	15,8	28,3	31,1	31,1
Oriente Médio	15,9	20,0	49,5	64,9	44,7	17,7	30,6	19,4	6,1	30,6
Europa Oriental	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
América Latina e Caribe	13,1	12,7	18,7	92,8	5,1	4,4	10,9	12,0	24,5	39,3
Brasil	29,9	29,2	46,3	102,4	-4,1	1,0	-3,4	13,6	31,6	26,0
Demais Países da América Latina	-8,2	8,9	11,1	89,4	8,7	5,6	15,6	11,6	22,5	43,2
Crescimento das Exportações Brasileiras										
	6,0	37,4	55,3	28,3	9,0	16,8	19,7	4,4	20,4	32,1
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Crescimento das Importações Mundiais										
Mundo	-0,8	-6,6	-3,1	6,6	1,2	9,2	15,3	16,0	8,5	13,5
Países Industrializados	-5,1	-6,1	-1,8	9,3	2,6	12,7	18,2	13,0	8,3	14,9
Estados Unidos	6,4	-6,8	5,9	28,3	1,8	8,5	11,0	8,3	7,3	4,9
Japão	1,1	-8,0	-3,8	7,7	-4,2	-2,2	18,4	24,1	11,9	12,2
África	7,7	-13,6	-12,3	-5,3	-8,6	-4,4	7,1	10,8	5,2	9,4
Ásia	10,3	-3,3	3,7	8,0	3,4	4,3	22,1	29,2	13,4	12,6
Oriente Médio	21,7	2,5	-4,8	-8,8	-18,8	-8,3	4,7	5,1	1,9	10,7
Europa Oriental	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
América Latina e Caribe	6,5	-19,3	-22,8	2,6	-4,8	2,0	14,0	13,9	9,8	10,1
Brasil	-3,5	-12,5	-20,3	-9,5	-5,8	8,5	6,6	-3,2	23,8	13,3
Demais Países da América Latina	9,2	-20,9	-23,4	5,8	-4,6	0,6	15,8	17,7	7,2	9,4
Crescimento das Exportações Brasileiras										
	15,7	-13,4	8,5	23,3	-5,1	-12,8	17,3	27,7	2,7	-8,6
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Crescimento das Importações Mundiais										
Mundo	3,4	6,6	-1,5	13,5	20,0	4,7	3,8	-1,7	4,2	12,9
Países Industrializados	0,7	4,4	-5,6	13,5	18,2	3,6	2,4	2,3	5,4	10,1
Estados Unidos	-1,7	9,0	8,9	14,2	11,8	6,6	9,4	5,0	12,2	18,7
Japão	0,7	-1,6	3,6	13,9	22,0	4,0	-3,0	-17,2	11,0	21,9
África	1,0	6,6	-5,0	10,0	21,8	-0,6	6,6	-1,2	-4,3	8,6
Ásia	14,5	13,4	12,3	16,9	23,1	4,8	2,0	-17,1	9,2	22,4
Oriente Médio	12,1	10,3	-3,3	-3,2	12,2	3,8	4,5	-2,2	2,2	20,3
Europa Oriental	—	—	6,8	17,6	33,9	14,6	6,6	-1,6	-11,2	15,2
América Latina e Caribe	15,3	20,9	8,3	17,1	13,2	11,1	19,5	7,5	-5,7	10,6
Brasil	1,9	0,5	20,3	29,8	49,4	5,9	14,2	-5,9	-15,5	13,2
Demais Países da América Latina	18,3	24,8	6,5	14,9	6,2	12,6	20,8	10,8	-3,6	10,1
Crescimento das Exportações Brasileiras										
	0,7	13,2	7,8	12,7	6,9	2,6	11,1	-3,6	-6,1	14,8

Fonte: International Financial Statistics Yearbook.

Referências Bibliográficas

- ALÉM, Ana Cláudia, GIAMBIAGI, Fabio. Aumento do investimento: o desafio de elevar a poupança privada no Brasil. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, dez. 1997.
- AMADEO, Edward, GIAMBIAGI, Fabio. Taxa de poupança e política econômica: notas sobre as possibilidades de crescimento numa economia com restrições. *Revista de Economia Política*, v. 10, n. 1, jan./mar. 1990.
- BACHA, Edmar, BONELLI, Regis. *Crescimento e produtividade no Brasil: o que nos diz o registro de longo prazo*. Ipea, maio 2001 (Seminários DIMAC, 52).
- BONELLI, Regis. Produtividade industrial nos anos 90: controvérsias e quase-fatos. In: *A economia brasileira em perspectiva – 1996*. Ipea, 1996, Cap. 27.
- BONELLI, Regis, FONSECA, Renato. Ganhos de produtividade e de eficiência: novos resultados para a economia brasileira. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, ago. 1998.
- CARVALHO, José Carlos. *Estimativas do produto potencial, relação capital/produto e depreciação do estoque de capital*. Rio de Janeiro: BNDES, 1996 (Texto para Discussão, 44).
- EASTERLY, William. *The ghost of financing gap – how the Harrod-Domar growth model still haunts development economics*. World Bank/Development Research Group, Aug. 1997 (Policy Research Working Paper, 1987).
- FEU, Aumara. *Evolução da razão capital/produto no Brasil e nos países da OCDE*. Ipea, set. 2001 (Seminários DIMAC, 72).
- HAUSMANN, Ricardo, et alii. *Saving behaviour in Latin America: overview and policy issues*. Office of the Chief Economist/Inter-American Development Bank, Dec. 1996.
- JP MORGAN. *Learning from history, Brazil's future brightens*. Relatório, June 2000.
- MCKINSEY. *Produtividade no Brasil*. Editora Campus, 2000.
- OLIVEIRA, Juarez de Castro. Tendências populacionais no Brasil e pressão sobre o mercado de trabalho futuro. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.). *Brasil – desafios de um país em transformação*. José Olympio Editora, 1997.
- REIS, Eustáquio, et alii. *Renda permanente e poupança precaucional: evidências empíricas para o Brasil no passado recente*. Rio de Janeiro, out. 1998 (Ensaio Econômico da EPGE, 338).
- SILVA FILHO, Tito Nícias T. da. *Estimando o produto potencial brasileiro: uma abordagem de função de produção*. Banco Central, abr. 2001 (Trabalhos para Discussão, 17).
- SOLOW, Robert. A contribution to the theory of economic growth. *Quarterly Journal of Economics*, Feb. 1956.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO do BNDES

- 78 PREVIDÊNCIA SOCIAL E SALÁRIO MÍNIMO: O QUE SE PODE FAZER, RESPEITANDO A RESTRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA? – Marcelo Neri e Fabio Giambiagi – junho/2000
- 79 CRIAÇÃO E FECHAMENTO DE FIRMAS NO BRASIL: DEZ. 1995/DEZ. 1997 – Sheila Najberg, Fernando Pimentel Puga e Paulo André de Souza de Oliveira – maio/2000
- 80 O PERFIL DOS EXPORTADORES BRASILEIROS DE MANUFATURADOS NOS ANOS 90: QUAIS AS IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA? – Armando Castelar Pinheiro e Maurício Mesquita Moreira – julho/2000
- THE PROFILE OF BRAZIL'S MANUFACTURING EXPORTERS IN THE NINETIES: WHAT ARE THE MAIN POLICY ISSUES? – Armando Castelar Pinheiro and Maurício Mesquita Moreira – June/2000
- 81 RETORNO DOS NOVOS INVESTIMENTOS PRIVADOS EM CONTEXTOS DE INCERTEZA: UMA PROPOSTA DE MUDANÇA DO MECANISMO DE CONCESSÃO DE RODOVIAS NO BRASIL – José Claudio Linhares Pires e Fabio Giambiagi – julho/2000
- 82 REMUNERAÇÃO POR GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL: DIFERENÇAS E POSSÍVEIS JUSTIFICATIVAS – Marcelo Ikeda – setembro/2000
- 83 FUSÕES E AQUISIÇÕES NO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES: CARACTERÍSTICAS E ENFOQUE REGULATÓRIO – José Claudio Linhares Pires e Adely Branquinho das Dores – outubro/2000
- 84 COMO A INDÚSTRIA FINANCIA O SEU CRESCIMENTO: UMA ANÁLISE DO BRASIL PÓS-PLANO REAL – Maurício Mesquita Moreira e Fernando Pimentel Puga – outubro/2000
- 85 O CENÁRIO MACROECONÔMICO E AS CONDIÇÕES DE OFERTA DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL – José Claudio Linhares Pires, Joana Gostkorszewick e Fabio Giambiagi – março/2001
- 86 AS METAS DE INFLAÇÃO: SUGESTÕES PARA UM REGIME PERMANENTE – Fabio Giambiagi e José Carlos Carvalho – março/2001
- 87 A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE PRIVATIZAÇÃO: O QUE VEM A SEGUIR? – Armando Castelar Pinheiro – novembro/2000
- THE BRAZILIAN PRIVATIZATION EXPERIENCE: WHAT'S NEXT? – Armando Castelar Pinheiro – November/2000
- 88 SEGMENTAÇÃO E USO DE INFORMAÇÃO NOS MERCADOS DE CRÉDITO BRASILEIROS – Armando Castelar Pinheiro e Alkimar Moura – fevereiro/2001
- SEGMENTATION AND THE USE OF INFORMATION IN BRAZILIAN CREDIT MARKETS – Armando Castelar Pinheiro and Alkimar Moura – February/2001
- 89 À PROCURA DE UM CONSENSO FISCAL: O QUE PODEMOS APRENDER DA EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL? — Fabio Giambiagi – março/2001
- 90 A BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: DESEMPENHO NO PERÍODO 1997-2000 – Maurício Serrão Piccinini e Fernando Pimentel Puga – setembro/2001
- 91 O BRASIL NA DÉCADA DE 90: UMA TRANSIÇÃO BEM-SUCEDIDA? – Armando Castelar Pinheiro, Fabio Giambiagi e Maurício Mesquita Moreira – novembro/2001
- BRAZIL IN THE 1990s: A SUCCESSFUL TRANSITION? – Armando Castelar Pinheiro, Fabio Giambiagi and Maurício Mesquita Moreira – November/2001
- 92 UM CENÁRIO NORMATIVO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA COM REFORMA TRIBUTÁRIA E CONTROLE DO GASTO PÚBLICO: 2003/10 – Fabio Giambiagi – fevereiro/2002
- 93 DO DÉFICIT DE METAS ÀS METAS DE DÉFICIT: A POLÍTICA FISCAL DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – 1995/2002 – Fabio Giambiagi – abril/2002
-

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Av. República do Chile, 100
20031-917 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2277-7447
Fax: (21) 2240-3862

Escritórios**Brasília**

Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco J
Ed. BNDES/13º andar
70076-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 322-6251
Fax: (61) 225-5510

São Paulo

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510/5º andar
Vila Nova Conceição
04543-906 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3471-5100
Fax: (11) 3044-9800

Recife

Rua Antonio Lumack do Monte, 96/6º andar
51020-350 – Recife – PE
Tel.: (81) 3465-7222
Fax: (81) 3465-7861

Belém

Av. Presidente Vargas, 800/17º andar
66017-000 – Belém – PA
Tel.: (91) 242-7966
Fax: (91) 224-5953

Internet

www.bndes.gov.br
